



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 34 - PRES/DG/SAOFC/COMAP

1. OBJETO

Em atendimento ao disposto no art. 14 da Lei n. 8.666/93, no art. 3º, incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, nos arts. 22 e sgs do Decreto n. 7.892/2013 e no art. 20 da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008, elaboramos o presente Termo de Referência visando contratação de serviços, consistente no fornecimento de **certificados digitais, tipo A3**, e-CPF, acompanhados de **token USB**.

1.1 DA DESCRIÇÃO E QUANTIDADES:

Contratação de serviços de fornecimento de certificados digitais, tipo A3, e-CPF, com validade de 03 (três) anos com fornecimento de dispositivos de armazenamento de chaves criptográficas - **token USB** - para armazenamento dos certificados digitais, visando suprir as unidades da organização, que dependem da solução para assegurar autenticidade e integridade às informações eletrônicas que trafegam em sistemas específicos, por meio de adesão à Ata de Registro de Preços, conforme especificações e quantitativos abaixo descritos:

DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANTIDADE (UNIDADE)
Serviços de Certificados Digitais; e-CPF; tipo A3; emitidos por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil); validade de 3 (três) anos. A descrição complementar do objeto esta detalhada no item 5.1 do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços n. 96/2018 da Universidade Federal do ABC (evento 0409594)	200

2. JUSTIFICATIVA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A presente contratação tem por objetivo suprir a necessidade apresentada pelas unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, as quais dependem da solução para assegurar autenticidade e integridade às informações eletrônicas que trafegam em sistemas específicos, entre os quais os relacionados ao ordenamento e execução de despesas orçamentárias; ao Processo Judicial Eletrônico (PJE), às publicações no Diário da Justiça Eletrônico (DJE); ao envio de informações ao Tribunal de Contas da União e Conselho Nacional de Justiça, entre outros.

Diversos certificados tiveram sua vigência expirada ou essa está na iminência de expirar. Essa situação poderá acarretar prejuízos em atividades desenvolvidas pelas unidades institucionais, que podem sofrer solução de continuidade. Seja pela necessidade de emissão de novos certificados digitais a novos servidores ou àqueles que no exercício de uma nova função necessitem obter certificação digital.

2.1 DA QUANTIDADE:

Chegou-se ao quantitativo de certificados a partir do quadro de distribuição a seguir apresentado. Esses números foram submetidos previamente ao Secretário da Tecnologia da Informação. Ressalta-se, contudo, que esta distribuição é de caráter orientativo, não havendo óbice que seja realizada nova distribuição, a critério da Administração deste TRE-RO:

UNIDADE	QUANTIDADE DE SERVIDORES
DG	10
STI	10
SGP	20
SJGI	15
SAOFC	45
Comissão DJE	5
Presidência	5
CCIA	10
Corregedoria	10
Zonas eleitorais	60
Reserva prevendo o atendimento de novos servidores que possam ingressar nas unidades.	10
TOTAL	200



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.2 CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DISCIPLINADA PELA RESOLUÇÃO CNJ N. 182/2013:

Conforme o Documento de Oficialização de Damanda subscrito pelo senhor Secretário da STI ([0384924](#)), os serviços foram enquadrados no conceito de **Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação** definida pelo Art. 2º, inciso XXVI, da Resolução CNJ n. 182/2013.

Referido normativo prevê que as contratações dessa natureza serão antecedidas por uma fase de planejamento (Art. 6º), não sendo dispensado os **estudos preliminares** mesmo nos casos de inexigibilidade ou dispensa de licitação e ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (art. 12, incisos I, II e III). As etapas dos estudos preliminares estão listadas no § 1º do artigo 12.

Contudo, para valores até o limite de convite (art. 23, inciso II, "a", da Lei n. 8.666/93), atualmente fixados em R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), o § 3º do referido Artigo 12 da Resolução CNJ n. 182/2013, isenta de obrigatoriedade as etapas dos estudos preliminares listadas nos incisos II, III e IV do referido § 1º.

Dessa forma, em razão do valor desta contratação se situar nos patamares suprarreferidos, **resta a obrigatoriedade da etapa de Análise de Viabilidade da Contratação** prevista no inciso I do § 1º, do art. 12, documento elaborado pela Equipe de Planejamento previamente designada (evento 0409607). Após analisar a demanda, os requisitos não funcionais e o levantamento das soluções disponíveis, a Equipe de Planejamento concluiu pelo ainhamento da solução com as necessidades do negócio da unidade demandante.

2.3 DA DEFINIÇÃO DA SOLUÇÃO:

Inicialmente, conforme demonstrado no item 3 da ANÁLISE DE VIABILIDADE, evento 0409607 foram elencados os motivos que resultaram na escolha das SOLUÇÕES 3 do referido documento.

A escolha da Solução 3 foi motivada: Quantidade registrada e o valor do serviço está abaixo dos valores de mercado. Vale salientar que item similar foi contratado pelo IFRO a um custo 4(quatro) vezes superior (solução 4). Além disso, a solução apontada possui a capacidade e está definida em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

quantidade suficiente (com base nos seus componentes de bens e serviços) para atendimento da demanda prevista.

2.4 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

O Decreto Federal n. 7.892 de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o sistema de registro de preços previsto no art. 15 da lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e atualizado pelo Decreto n. 9.488 de 30 de agosto de 2018, estabelece a possibilidade da utilização de ata de registro de preços por outros órgãos federais, ainda que não tenham demonstrado interesse no início do procedimento, conforme seu art. n. 22:

Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

O Decreto estabelece ainda que o órgão gerenciador da Ata de registro de preços deverá anuir ao pedido de adesão à ata vigente.

Desta maneira, a unidade tomou a providência necessária e obteve a aceitação do órgão gerenciador, como pode se verificar no evento [0409600](#).

Esta exigência está prevista no § 1º, do art. 22 daquele Decreto:

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

O fornecedor do objeto firmado em compromisso através da Ata de Registro de Preços do pregão n. 096/2018/UBABC também anuiu quanto ao fornecimento do item, conforme evento [0409604](#).

Ademais, a escolha por adesão à Ata de Registro de Preço - ARP, deve-se ao o custo-benefício. Esse formato mostra-se vantajoso para a obtenção do objeto demandada. Isso porque a opção pela adesão à ARP: a) reduz os riscos inerentes aos procedimentos licitatórios - já superados pelo órgão detentor da ARP; b) resulta em uma contratação mais célere, com redução no emprego de recursos materiais e de pessoas no processo legal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Cita-se por exemplo os seguintes riscos vinculados ao empreender procedimento próprio:

- A possibilidade de não haver interessados que atendam às condições exigidas no edital, levando a um certame frustrado;
- O adjudicatário não honrar o compromisso. Essa incerteza ainda que não afastada por completo, tem uma probabilidade menor de ocorrer considerando o cumprimento de compromisso anterior pelo fornecedor com o órgão gerenciador da ata.

Por oportuno, deve-se registrar a **inexistência de adjudicatário ou contratado neste Tribunal para fornecer os mesmo item demandado** e que também não há, e não houve anteriormente, processamento de atas de registro de preços em conjunto com os órgãos federais locais conveniados a este Tribunal.

3. DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Plano de Contratações de Soluções de TIC 2019, item 3 do evento [0370091](#): a aquisição pleiteada neste documento encontra-se prevista no referido Plano, autorizado pela Diretoria Geral e Presidência deste TRE-RO. O Plano de Contratações reúne as características de um plano tático-operacional, na medida em que representa um desdobramento do Plano Estratégico em ações dentro do exercício financeiro, sejam elas para apoiar o alcance dos atuais objetivos estratégicos da Instituição, ou mesmo para manter padrões já atingidos, decorrentes dos planos estratégicos anteriores.

A presente demanda, resulta diretamente da necessidade de manutenção de uma condição padrão atingida e é consentânea com os objetivos do PETI 2015-2020, de:

- *Prestar serviços de TIC em consonância com os requisitos do cliente.*
- *Promover a segurança da informação, infraestrutura de processamento e aplicativos.*

4. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A Instrução Normativa SLTIMPOG 01/2010, dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal. Contudo, em razão da natureza



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do objeto, não foram estabelecidos critérios de sustentabilidade. Ademais, o edital originário (Pregão Eletrônico para Registro de Preços n. 96/2018 da Universidade Federal do ABC) também não os previu.

5. DO PREÇO

Para aferição da VANTAJOSIDADE e tendo-se em conta as características do objeto, foi realizada ampla pesquisa de preços, com preços praticados em outros entes da Administração.

De acordo com orientação do TCU, tem-se como regra a obtenção de pelo menos 03 (três) cotações válidas nas pesquisas de preços para instrução dos processos de contratação pública quando não utilizados outros referenciais de preços.

A pesquisa apontou a **proposta mais vantajosa de R\$ 23.778,00 (vinte e três mil setecentos e setenta e oito reais)** para contratação dos serviços especificados neste Termo de Referência, conforme detalhamento no quadro adiante:

QUADRO COMPARATIVO DE PREÇOS PESQUISADOS				
ITEM	OBJETO	DEMANDADA	DADOS DA ARP	QUANTIDADE REGISTRADA
1	Serviços de Certificados Digitais; e-CPF; tipo A3; emitidos por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil); validade de 3 (três) anos.	200	ARP n. 090/2018 Universidade Federal do ABC	460
			ARP n. 025/2018 TRE-SC (0410671)	300
			Pregão Eletrônico N° 00001/2019(SRP) IFRO (0410225)	161
			ARP n. 15/2019 IFES - ES (0410231)	172
			Pesquisa Banco de Preços Preços médio em 2019 (0410226)	-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

--	--	--	--	--

Tendo-se por base a pesquisa de preços realizada, obteve-se a seguinte vencedora:

DADOS DA EMPRESA VENCEDORA				
ITEM	OBJETO	EMPRESA	CNPJ	VALOR UNITÁRIO
1	Serviços de Certificados Digitais; e-CPF; tipo A3; emitidos por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil); validade de 3 (três) anos.	DIGISEC - CERTIFICAÇÃO DIGITAL EIRELI	18.799.897/0001-20	118,89



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

--	--	--	--	--

5.1 ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTARIO

A despesa decorrente do presente Termo de Referência foi programada/contemplada no Orçamento Anual do exercício de 2019, conforme dados do SIGEPRO, conforme quadro de fonte orçamentária e enquadramento da despesa adiante:

FONTE ORMENTÁRIA E ENQUADRAMENTO DA DESPESA	
Item	Fonte Orçamentária
01	<p>Categoria (tipo de orçamento): Ordinário</p> <p>Agregador: Operação dos Serviços de Informática.</p> <p>Despesa Agregada: Despesas de Teleprocessamento.</p> <p>Plano Interno: AOSI SERDAD</p> <p>VALOR: R\$ 37.000,00</p>

6. DO CONTRATO

Conforme subitem 19.1 do Edital do Pregão Eletrônico (SRP) n. 96/2018 - UFABC c/c o item 20 do seu Anexo I - Termo de referência, o instrumento de contrato poderá ser substituído pela nota de empenho, faculdade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

disciplinada pelo art. 62 da Lei 8.666/93. As regras da contratação estão firmadas pelos seguintes documentos:

- a) Edital e seus Anexos;
- b) Proposta do compromissário no certame;
- c) Ata de Registro de Preços e seus anexos;
- d) Concordância expressa do compromissário com o fornecimento; e, por fim;
- e) Nota de empenho.

6.1 DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1.1 Obrigações da Contratada/Fornecedor:

Conforme item 18 do Termo de Referência do Pregão Eletrônico (SRP) n. 96/2018 - UFABC, evento [0409594](#).

Destaca-se que, de acordo com o item 2 do termo de referência, o fornecimento dos dispositivos de operação e armazenamento de chaves criptográficas - TOKEN USB - deverá ser efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias corridos para cada solicitação, contados a partir do recebimento da nota de empenho, e deverá ocorrer nas dependências do TRE de Rondônia.

6.1.2 Obrigações da Contratante e do Gerenciador

Conforme item 19 do Termo de Referência do Pregão Eletrônico (SRP) n. 96/2018 - UFABC, evento [0409594](#).

6.2 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

Conforme item 16 do Termo de Referência do Pregão Eletrônico (SRP) n. 96/2018 - UFABC, evento [0409594](#).

6.3 GARANTIA:

Conforme item 6 e respectivos subitens do Termo de Referência do Pregão Eletrônico (SRP) n. 96/2018 - UFABC.

6.4. PRAZOS E CONDIÇÕES



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Conforme item 2 e respectivos subitens do Termo de Referência do Pregão Eletrônico (SRP) n. 96/2018 - UFABC, evento [0409594](#), devendo ser registrado que a **prestação do serviço de emissão de certificado digital (Item 01 deste TR) deverá ser em ponto de atendimento próprio deste órgão**, sito à Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União – Porto Velho/RO - CEP: 76.805-859. O fornecedor poderá se informar com mais detalhes para efetuar a entrega pelo telefones da Coordenadoria de Suporte e da Seção de Gestão do Parque Computacional: (69) 3211-2066 e 3211-2176.

6.5 DO PAGAMENTO

Conforme item 12 do Termo de Referência do Pregão Eletrônico n. 96/2018 - UFABC, evento [0409594](#).

6.6 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Conforme item 17 do Termo de Referência e 25 do Edital do Pregão Eletrônico (SRP) n. 96/2018 - UFABC, evento [0409594](#).

7. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A gestão do contrato ficará a cargo do coordenador de suporte (COSUP) ou, em sua ausência, a seu substituto regulamentar.

A fiscalização do contrato a cargo do chefe da seção segurança da informação (SESTIC), ou, em sua ausência, a seu substituto regulamentar.

8. DOS ANEXOS

São anexos do presente termo de referência:

1. Autorização do órgão gerenciador da ARP (evento [0409600](#));
2. Solicitação ao fornecedor da ARP 96/2018 – DIGISEC (evento [0408535](#));
3. Manifestação de interesse da empresa DIGISEC em fornecer (evento [0409604](#));
4. Edital do Pregão Eletrônico 96/2018 (evento [0409594](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. Publicação do Pregão Eletrônico n. 96/2018 (evento [0409599](#));
6. Publicação da licitação (evento [0409597](#));
7. Ata de Registro de Preços 96/2018 - DIGISEC (evento [0409592](#));
8. Comprovação da regularidade da empresa DIGISEC: Tributos federais ([0410073](#); FGTS ([0410074](#); Trabalhista ([0410077](#)) e CNJ ([0410079](#));
9. ARP n. 025/2018 - TRE-SC - (evento [0410671](#));
10. Pregão Eletrônico Nº 00001/2019(SRP) - IFRO - (evento [0410225](#));
11. ARP n. 15/2019 - IF-ES - (evento [0410231](#));
12. Pesquisa Banco de Preços - Preços médios em 2019 - (evento [0410226](#)).

Em 02 de maio de 2019.

Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Analista Judiciário**, em 02/05/2019, às 09:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **JEAN CARLOS ALVES DOS ANJOS, Chefe de Seção**, em 02/05/2019, às 14:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **RUZEVAN SARAIVA DA SILVA, Coordenador(a)**, em 03/05/2019, às 10:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000406-95.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE GOVERNANÇA E CONTROLE - SEGOV

ASSUNTO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 90/2018 – CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO DE CERTIFICADOS DIGITAIS, TIPO A3, e-CPF, ACOMPANHADOS DE *TOKEN* USB.

PARECER JURÍDICO Nº 0416369 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Governança e Controle – SEGOV, com a finalidade de contratar serviços de fornecimento de **certificados digitais, tipo A3, e-CPF, acompanhados de token USB**, via à adesão a **ATA DE REGISTRO DE**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PREÇOS – ARP N. 90/2018 (evento [0409934](#)), resultante do PREGÃO ELETRÔNICO n. 96/2018 (evento [0409594](#)), gerenciada pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - UFABC.

02. Registre-se que o item 1 da referida ata correspondente ao objeto pretendido pertence a **DIGISEC – CERTIFICAÇÃO DIGITAL EIRELI, CNPJ: 18.799.897/0001-20**.

03. Em cumprimento aos procedimentos estabelecidos pela Resolução CNJ n. 182/2013, elaborou-se o Documento de Oficialização da Demanda – DOD n. [0384924/2018](#) e a Análise de Viabilidade n. [0410680/2019](#), bem como expediu-se a Portaria n. 42/2019 ([0385261](#)), designando a equipe de planejamento de contratação.

04. Destaca-se que no DOD n. [0384924/2018](#) o secretário de Tecnologia da Informação mencionou que a contratação pretendida está prevista no Plano de Contratações de TIC 2019.

05. No **Termo de Referência n. 34/2019 ([0410684](#))**, entre outras informações, consta que a demanda foi dimensionada no valor de **R\$ 23.778,00** (vinte e três mil setecentos e setenta e oito reais).

06. Para instrução do feito, juntou-se:

a) cópia do **Edital do Pregão Eletrônico n. 96/2018** e anexos ([0409594](#)), comprovante de publicação do Aviso de Licitação UFABC no Diário Oficial da União – DOU de 22/11/2018 ([0409597](#));

b) Autorização de Adesão à ARP n. 90/2018 UFABC ([0409600](#)) e a, respectiva, anuência do Fornecedor ([0409604](#));

c) cópia da **Ata de Registro de Preços n. 90/2018 ([0409934](#))** e o comprovante de sua publicação ([0409599](#));

d) Certidão negativa – Tributos Federais e DAU – Digisec ([0410073](#)), Certidão Negativa do FGTS – Digisec ([0410074](#)), Certidão Negativa Trabalhista – Digisec ([0410077](#)) e Certidão Negativa CNJ ([0410079](#));

e) ARP TRE-SC n. 025/2018 ([0410214](#) e [0410671](#)), ARP IFRO ([0410225](#)) e ARP IFES n. 15/2019 ([0410231](#)); e

f) Pesquisa de Preços Banco de Preço ([0410226](#)).

07. Mediante Análise de Termo de Referência/Projeto Básico n. 39/2019 ([0414945](#)), a coordenadora da COMAP concluiu que o referido documento se encontra em **consonância** com as normas gerais de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratações estabelecidas pelos art. 6º, inc. IX, art. 7º, inc. I e art. 14 da Lei 8.666/93, bem como atende ao disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002 e nos incisos I e III e § 2º do art. 9º do Decreto n. 5.450/05. Ainda, tendo em vista a regular instrução do processo, manifestou pela **adesão e adjudicação do objeto à empresa compromissária mencionada**, caso o TR seja aprovado.

08. Por fim, juntou-se aos autos a Programação Orçamentária ([0415546](#)), no valor de R\$ 23.778,00 (vinte e três mil setecentos e setenta e oito reais), para custear a despesa, oportunidade em que a SPOF, atenta ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I, do mesmo dispositivo, ambos da LC n. 101/2000 (LRF), informa “*que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.*”

09. Assim instruídos, os autos vieram a esta Assessoria para análise e emissão de parecer jurídico. **É o necessário relato.**

II – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

10. Ressalte-se que, conforme Resolução TRE/RO n. 006/2015 (Regulamento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia) e com os demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

11. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, como questões de conveniência e oportunidade na contratação do objeto, cuja atribuição é do Administrador. Não se adentrará ou questionará, salvo patente ilegalidade, a necessidade e justificativa da contratação. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

12. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

III – DA REGULARIDADE DA FORMAÇÃO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO STIC

14. Como condição prévia para a análise, e em se tratando de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC, forçoso reduzir-se à obediência da Resolução n. 182/2013 do Conselho Nacional de Justiça que trata das diretrizes para esses tipos de contratações no âmbito do Poder Judiciário. Diante disso, é necessário fazer as ponderações abaixo.

15. No tocante aos documentos essenciais resultantes da etapa de estudo preliminar previstos no §1º do artigo 12 do referido normativo, observa-se que foi elaborado apenas a Análise de Viabilidade n. [0410680/](#) 2019 - PRES/DG/SAOFC/COMAP. Contudo, não se verifica irregularidade, haja vista o valor da contratação pretendida ser inferior, consoante § 3º do art. 12 da resolução citada.

16. Quanto ao procedimento previsto pela norma mencionada, as diretrizes específicas foram integralmente observadas no caso em tela.

IV – ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

17. A contratação ora pretendida pela Administração tem sua origem em registro de preços gerenciado pela **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - UFABC**, dessa forma, este Tribunal atua na condição de “**carona**”, situação jurídica definida pelo **artigo 22 e parágrafos do Decreto n. 7.892/2013**, recentemente alterado pelo **Decreto n. 9.488/2018**.

18. Verifica-se que a adesão é regular porquanto a pretensão da Administração está no limite do quantitativo dos itens registrados na ARP n. 90/2018, nos termos do que estabelece o § 3º do artigo 22 do Decreto Federal n. 7.892/2013, vejamos:

Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

(...)

§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes. (Negritou-se)

19. Neste particular, convém registrar que a regra prevista no § 3º do art. 22 do Decreto n. 7.892/2013 foi alterada pelo Decreto n. 9.488/2018, nos seguintes termos, *verbis*:

Art. 22. [...]

§ 3º As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, **a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

20. Esse Decreto n. 9.488/2018, publicado em agosto de 2018, também, trouxe outras alterações, inclusive estabelecendo novos limites para adesões às Atas de Registro de Preços (ARP) para toda a Administração Pública Federal, impondo novos quantitativos tanto para o total da ARP quanto individualmente por órgão ou entidade não participante. Isso obrigou a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, órgão central do Sistema de Serviços Gerais (Sisg), a baixar orientação em relação a essas alterações, podendo ser consultada no seguinte endereço eletrônico disponibilizado pela AGU – Advocacia Geral da

União:

<http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/694211>, e também no site do Portal de Compras do Governo Federal: <<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/1005-irp-noticia>>, nos seguintes termos:

[...]

Dessa forma, seguem as orientações em relação a aplicabilidade do Decreto nº 7.892/13:

a) Quanto à regra do §1º-A, art. 4º: por se tratar de regra processual, a nova redação aplica-se a todas as publicações da Intenção de Registro de Preços (IRP).

b) Quanto aos estudos mencionados nos §§ 1º-A e 1º-B, art. 22: por se tratar de regra de eficácia limitada, somente serão exigidos após a edição de ato normativo do Secretário de Gestão. Futuras adesões e aquelas que estão em andamento não são atingidas pela regra.

Importante: esclarece-se que o dispositivo não trata de aprovação de estudo pelo gerenciador, mas sim de critérios/regras que deverão ser obedecidas pelos caronas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

como condição para que possam solicitar adesão às ARPs. Não é instrumento de validação, mas de padronização.

c) Quanto às regras dos §§ 3º e 4º, art. 22: serão aplicáveis somente aos editais publicados após a entrada em vigor do Decreto, permanecendo inalteradas as adesões posteriores às atas decorrentes de editais publicados ainda sob a égide da disposição original do Decreto nº 7.892/13.

d) Quanto às regras dos §§ 10 e 11, art. 22: atingem somente os novos processos, salvo edição de ato normativo do Secretário de Gestão em contrário.

(Grifou-se).

21. Com efeito, nos termos da letra “c” da orientação acima transcrita, os novos limites são aplicáveis à adesão pretendida, tendo em vista a ARP n. 90/2018 é decorrente Pregão Eletrônico n. 96/2018, cujo edital foi publicado no DOU de 18/12/2018 (conforme evento [0409599](#)), ou seja, sob a égide do Decreto nº 9.488/18 em sua redação original, devendo ser considerado os limites estabelecidos no referido decreto.

22. Após análise dos autos, observa-se que a unidade solicitante preencheu a contento todo o extenso rol de requisitos exigidos pelo § 1º do art. 20 da IN TRE-RO n. 4/2008, pois há manifestação expressa do interesse do compromissário da ARP n. 90/2018 em realizar a contratação, nos termos da alínea “c” inciso IV § 1º do art. 20 da IN TRE-RO n. 4/2008.

23. Com relação à validade da ARP do Pregão Eletrônico n. 90/2018 - UFABC ([0409604](#)), o entendimento da CGU - Controladoria Geral da União em cartilha onde trata de Sistema de Registro de Preços-Edição Revisada do ano de 2014, especificamente na Pergunta n. 33, anota que o prazo de validade da ARP se dá conforme estiver estabelecido na própria documento, veja-se:

33. O prazo da validade da ARP inicia a contagem na data da assinatura ou de sua publicação no D.O.U.?

O prazo de início da validade é definido na própria ata de registro de preços, sendo que o prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas as eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993. Dessa forma, **o prazo de validade da ARP inicia na data de sua assinatura se assim estiver estabelecido na própria ata.** (Grifou-se).

24. No caso em apreço, o prazo de validade da mencionada ARP foi definido na **cláusula quarta da própria ata**, sendo de 12 (doze) meses, compreendendo o período de 13/12/2018 à 13/12/2019.

25. Ademais, atento ao comando basilar do **Princípio da Publicidade**, esta Assessoria Jurídica orienta às unidades que continuem



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

realizando a publicação dos atos do certame no DOU e, quando eventualmente interessadas em adesão de atas de registro de preços, que verifiquem previamente a forma de sua divulgação, **dando sempre preferência àquelas que ampliam a publicidade dos atos com a publicação no Diário Oficial da União**, como ocorrido no presente caso.

26. Por sua vez, o Termo de Referência n. 34/2019 ([0410684](#)) - integrado pelas regras do edital de licitação do órgão gerenciador, além das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços n. 90/2018, reúne os elementos necessários à caracterização do objeto (art. 14 da Lei n. 8.666/93) além dos elementos essenciais definidos no **art. 9º, § 2º, do Decreto Federal n. 5.450/05, podendo ser apresentado a autoridade superior para aprovação.**

27. Cabe salientar que, na eventualidade de **aplicação de sanções** à futura contratada, deverão ser observadas as penalidades descritas no item 25 do Edital de Pregão Eletrônico n. 96/2018 ([0409594](#)), conforme o disposto no item 17 do Termo de referência, fls. 24 do evento [0409594](#).

V – DA CONCLUSÃO

28. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica conclui que:

a) a Administração **poderá autorizar a adesão deste órgão à ARP n. 90/2018 ([0409600](#))**, gerenciada pela **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC – UFABC** com fundamento no **art. 15, II, da Lei n. 8.666/93** e no **art. 22, do Decreto Federal n. 9.488/18**.

29. Ressalta-se que este Regional deverá **efetivar a aquisição em até 90 (noventa) dias**, contados da autorização do órgão gerenciador da ARP (**§ 6º do artigo 22 do Decreto nº 7.892/2013**).

30. Além disso, verifica-se, no subitem 18.2 do Edital de Pregão n. 96/2018 ([0409594](#)), a dispensa de celebração de instrumento específico de contrato, conforme art. 62 da Lei 8.666/93, sendo o mesmo substituído pelos documentos relacionados no subitem mencionado. Assim, esta AJDG entende dispensada a formalização de contrato, podendo a relação contratual ser estabelecida nos termos delineado, pois são



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

instrumentos idôneo e suficiente para regular a eventual relação contratual entre este Tribunal e a empresa.

31. Orienta-se, também, que os requisitos mínimos para contratar com o setor público, como regularidade fiscal e trabalhista, sejam **novamente aferidos e comprovados no ato da efetivação da contratação.**

32. Por fim, registra-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, motivo pelo qual deverá a Administração observar rigorosamente a aquisição dos bens nos parâmetros qualitativos e quantitativos, sem descuidar dos valores consignados na Ata de Registro de Preços a que este Tribunal está aderindo.

À consideração da autoridade competente.

Documento assinado eletronicamente por **Camila Trindade da Silva**, Estagiário, em 23/05/2019, às 13:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO**, Assessor Jurídico, em 23/05/2019, às 13:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000406-95.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE GOVERNANÇA E CONTROLE - SEGOV

ASSUNTO: Adesão à Ata de Registro de preços 90/2018 - aquisição certificados digitais, tipo a3, e-cpf, acompanhados de token usb.

DESPACHO Nº 2292 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Governança e Controle – SEGOV, com a finalidade de contratar serviços de fornecimento de **certificados digitais, tipo A3, e-CPF, acompanhados de token USB**, via adesão a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP N. 90/2018** (evento [0409934](#)), resultante do PREGÃO ELETRÔNICO n. 96/2018 (evento [0409594](#)), gerenciada pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - UFABC, conforme especificado no item 1.1 do Termo de Referência n. 34/2019 (evento [0410684](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Registre-se que a Ata n. 90/2018 (evento [0409934](#)), pertence à **Fundação Universidade Federal do ABC - UFABC**, CNPJ n. 07.722.799/0001-06, tendo como beneficiária a empresa **Digisec - Certificação Digital Eireli** (CNPJ n. 18.799.897/0001-20). A contratação foi dimensionada em **R\$ 23.778,00 (vinte e três mil setecentos e setenta e oito reais)** pela unidade solicitante, conforme descrito no item 5 do Termo de Referência n. 34/2019 (evento [0410684](#)).

Consta nos autos que foi realizada cotação de preços no banco de preços ([0410226](#)), bem como juntou-se tabela de valores no capítulo 5 do TR e Pesquisa de Preços efetuada em outros órgãos da (eventos [0409934](#), [0410214](#), [0410225](#), [0410231](#) e [0410671](#)), demonstrando que os valores constantes da Ata estão condizentes com os praticados no mercado; consulta ao órgão gerenciador solicitando autorização para adesão (evento [0409600](#)) e à empresa (evento [0408511](#)), bem como a expressa anuência da compromissária ([0409604](#)). Constam ainda Certidão negativa – Tributos Federais e DAU – Digisec ([0410073](#)), Certidão Negativa do FGTS – Digisec ([0410074](#)), Certidão Negativa Trabalhista – Digisec ([0410077](#)) e Certidão Negativa CNJ ([0410079](#)).

Em cumprimento aos procedimentos estabelecidos pela Resolução CNJ n. 182/2013, elaborou-se o Documento de Oficialização da Demanda – DOD n. [0384924/2018](#) e a Análise de Viabilidade n. [0410680/2019](#), bem como expediu-se a Portaria n. 42/2019 ([0385261](#)), designando a equipe de planejamento de contratação.

A COMAP, unidade responsável pela avaliação dos Termos de Referências, consoante o item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08, concluiu que o Termo de Referência n. 34/2019 (evento [0410684](#)) encontra-se em **consonância** com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inc. IX, art. 7º, inc. I e art. 14 da Lei 8.666/93, bem como atende ao disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002 e nos incisos I e III e § 2º do art. 9º do Decreto n. 5.450/05. Por fim, manifestou pela **adesão e adjudicação do objeto à empresa compromissária mencionada**.

A COFC realizou a programação orçamentária no valor total de **R\$ 23.778,00 (vinte e três mil setecentos e setenta e oito reais)** para custear a despesa, conforme evento [0415546](#).

Instada a se manifestar, a Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral opinou pela: **a)** aprovação do Termo de Referência nº 34/2019 ([0410684](#)); **b)** autorização de adesão deste órgão à Ata nº 90/2018 ([0409600](#)); **c)** dispensa da formalização de contrato, podendo a relação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratual ser estabelecida apenas através de nota de empenho; **d)** efetivação da aquisição em até 90 (noventa) dias da data da autorização do órgão gerenciador, nos termos do artigo 22, §6º do Decreto 7.892/13; e **e)** comprovação de regularidade fiscal atual da empresa ([0416369](#)).

No mesmo sentido manifestou-se a SAOFC ([0417170](#)).

Inicialmente, verifica-se que o Termo de Referência 34 (evento [0410684](#)), encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inc. IX, art. 7º, inc. I e art. 14 da Lei 8.666/93, bem como atende ao disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002 e nos incisos I e III e § 2º do art. 9º do Decreto n. 5.450/05, às disposições do art. 22 do Decreto n. 7.892/2013 e ao art. 20, da IN TRE/RO n. 004/2008.

Importa mencionar ainda que, conforme item 2.4 do TR, a escolha por contratar por meio de adesão à Ata de Registro de Preço - ARP demonstrou-se consideravelmente mais vantajosa para a Administração, resultando em uma contratação mais célere, com redução no emprego de recursos materiais e de pessoas no processo legal. Consta, ainda, do Termo de Referência a **inexistência de adjudicatário ou contratado neste órgão** para o fornecimento do objeto dos presentes autos (evento [0414945](#)).

A ARP do Pregão Eletrônico n. 90/2018 - UFABC ([0409604](#)) encontra-se dentro do período de validade conforme se observa da informação extraída da **cláusula quarta da própria ata** (período de 13/12/2018 à 13/12/2019).

Verifica-se, também, que a pretensa adesão se mostra regular tendo em vista não superar o limite do quantitativo dos itens registrados na ARP n. 90/2018, considerando-se a nova redação dada ao § 3º do art. 22 do Decreto n. 7.892/2013, pelo Decreto n. 9.488/2018, limitou em **cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, uma vez que, nos termos da tabela constante no item 1.1 da referida ata, o quantitativo de certificados digitais A3, com Token, é de 460 unidade e a aquisição pretendida é de 200 unidades.

De toda instrução dos presentes autos, observa-se que a unidade solicitante preencheu a contento todo o extenso rol de requisitos exigidos pelo § 1º do art. 20 da IN TRE-RO n. 4/2008, pois há manifestação expressa do interesse do compromissário da ARP n. 90/2018 em realizar a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratação, nos termos da alínea “c” inciso IV § 1º do art. 20 da IN TRE-RO n. 4/2008.

Ante o exposto e com base nas atribuições conferidas pela Portaria GP 66/2018, esta Diretora-Geral:

1 – APROVA o Termo de Referência nº. 34/2019 (evento nº. [0410684](#)), porquanto possui os elementos mínimos exigidos pelo § 2º, do artigo 9º, do Decreto 5.450/05 e art. 14, da Lei 8.666/93;

2 - AUTORIZA a despesa, por meio de adesão à Ata de Registro de Preços n. 90/2018 (evento nº. [0409934](#)) – gerenciada pela **Fundação Universidade Federal do ABC - UFABC**, cuja signatária é a empresa **Digisec - Certificação Digital Eireli**, inscrita no CNPJ sob o n. 18.799.897/0001-20, com arrimo no inc. II do art. 15 da Lei 8666/93 e art. 22 do Decreto nº. 7.892/2013, com vistas à aquisição de 200 (duzentos) certificados digitais, tipo A3, e-CPF, acompanhados de token USB, conforme especificado no item 1 do Termo de Referência, observando-se, de forma rigorosa, os parâmetros qualitativos e quantitativos na contratação pleiteada; bem como os valores consignados na referida Ata de Registro Preços e o prazo para aquisição do objeto, o qual deverá ser de 90 (noventa) dias contados da autorização do órgão gerenciador da ARP (§ 6º do artigo 22 do Decreto nº 7.892/2013);

3 - DISPENSA a formalização de contrato, podendo a relação contratual ser estabelecida nos termos delineado no subitem 18.2 do Edital de Pregão n. 96/2018 ([0409594](#)), pois são instrumentos idôneo e suficiente para regular a eventual relação contratual entre este Tribunal e a empresa; e

4 - AUTORIZA a emissão de Nota de Empenho em favor da empresa **DIGISEC - CERTIFICAÇÃO DIGITAL EIRELI, CNPJ n. 18.799.897/0001-20**, no valor total de **R\$ 23.778,00** (vinte e três mil setecentos e setenta e oito reais), condicionada à comprovação de regularidade fiscal atual da empresa.

À SAOFC para prosseguimento do feito visando à contratação na forma proposta.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

EXTRATO DE ADESÃO ARP DE OUTRO ÓRGÃO GERENCIADOR

Espécie: Extrato de Adesão à Ata de Registro de Preços/ARP 90/2018, assinada em 06/12/2018, resultante do Pregão Eletrônico 96/2018-SRP, gerenciada pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - UFABC, com vigência de 12 meses, a contar de 13/12/2018 a 13/12/2019.

Contratação via Nota de Empenho 2019NE000342, de 11/06/2019. Programa de Trabalho: 02122057020GP0011. Natureza da Despesa: 33.90.40-23. Empresa: DIGISEC – CERTIFICAÇÃO DIGITAL, CNPJ 18.799.897/0001-20, representada por THAMMY CRISTINA VIEIRA DA SILVA. Objeto: Serviços de fornecimento de certificados digitais, tipo A3, e-CPF, acompanhados de *Token* USB, com validade de 3 (três) anos. Qtd. 01. Valor Total da Adesão: R\$ 23.778,00. Fundamento Legal: art. 15, II, da Lei 8.666/93, art. 22 do Decreto Federal 7.892/2013. Ato de Autorização: Despacho 2292/2019 - PRES/DG/GABDG, de 06/06/2019, assinado por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO. Processo SEI 0000406-95.2019.6.22.8000.

Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, **Técnico Judiciário**, em 14/06/2019, às 10:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 115, segunda-feira, 17 de junho de 2019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

Termo de Credenciamento nº 006/2019, celebrado entre o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ e o INSTITUTO DO SORRISO - CNPJ: 30.340.877/0001-92. OBJETO: Prestação de serviços odontológicos nas especialidades Cirurgião Dentista (Clínica Geral), Ortodontia e Endodontia, aos servidores ativos e inativos do TRE/PI e a seus dependentes. DOTAÇÃO: 02.301.0570.2004.0001, sob o Elemento de Despesa 33.90.39. VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses a partir da assinatura. DATA DE ASSINATURA: 13/06/2019. ASSINAM: Ivana de Macedo Rodrigues, pelo TRE/PI, e a Sra. Érika Dayane Maia Alencar, pela Credenciada.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS SEÇÃO DE CONTRATOS

AVISO DE REGISTRADOS DE PREÇOS

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, com fundamento no Decreto n. 7.892/2013, torna público os preços registrados para eventual aquisição de persianas, empresa, item, descrição resumida, quantidade estimada, marca e preço unitário abaixo mencionados, obtidos como resultado do Pregão n. 21/2019, com vigência de 12 meses, a contar da data desta publicação: Rafael da Silva Gabriel, item 1, instalação de persianas verticais, bege, 200m, Franco, R\$ 36,99, item 2, instalação de persianas verticais tipo blackout, bege, 250m, Franco, R\$ 54,99.

JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA-GERAL ASSESSORIA JURÍDICA

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº 156.942/18. CONTRATO Nº 33/19. OBJETO: Prestação de serviços de recepcionistas para auxílio nos trabalhos de cadastramento biométrico de eleitores. CONTRATADA: CEMAX Administração e Serviços Ltda. CNPJ: 10.243.854/0001-52. FUND. LEGAL: Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 5.450/05, Lei nº 8.666/93, com redação da Lei nº 8.883/94, Resolução TSE nº 23.234/10. VIGÊNCIA: 03/06/19 a 08/12/19. Valor: R\$830.367,92 (oitocentos e trinta mil, trezentos e sessenta e sete reais e noventa e dois centavos), conforme notas de empenho 678 e 679/19. Elemento de despesa: 33.90.37 - Locação de mão de obra. Programa de Trabalho: Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor, do Orçamento do TRE-RJ.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 19/2019

Processo SEI nº 2019.0.000008053-5 - O Sr. Diretor-Geral torna pública a homologação da licitação mediante Pregão Eletrônico por SRP nº 19/2019, destinado à aquisição de bens de consumo de TI, tendo como vencedoras as empresas NBB Comércio de Equipamentos de Informática Ltda., itens 1 e 2, no valor de R\$ 46,49, cada; MEC Comércio e Serviços EIRELI, itens 3, 4, 5 e 6, nos valores de R\$44,90, R\$44,90, R\$157,00 e R\$157,00, respectivamente; e VIBHUTI Comércio Ltda., item 7, no valor de R\$17,65.

RENATA MOTTA GERONIMI
Diretora-Geral
Em exercício

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Extrato do 1º T.A. ao Contrato TRE-RO n. 22/2018, de 13/06/2019. Contratada: EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA, CNPJ 15.110.739/0001-23. Objeto: I - prorrogar o prazo de vigência do Contrato, por mais 180 dias corridos, a contar de 14/06/2019; e II - Prorrogar o prazo de execução do Contrato, por mais 180 dias corridos, a contar de 31/03/2019. Fundamentação: Art. 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/93, e na CLÁUSULA 4ª, caput e Subcláusula Terceira do Contrato. Ato de Autorização: DECISÃO nº 250/GABDG, de 11/06/2019. Signatários: pelo Contratante, Desembargador SANSÃO SALDANHA, Presidente do TRE-RO, e Contratada, LUIS MIGUEL GOMES DE OLIVEIRA. Processo SEI 0001552-45.2017.6.22.8000..

DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE ADESÃO

Espécie: Extrato de Adesão à ARP 090/2018, de 06/12/2018, Pregão Eletrônico 96/18-SRP da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - UFABC. Nota de Empenho 2019NE000342, de 11/06/19. Programa de Trabalho: 02122057020GP0011. Natureza da Despesa: 33.90.40-23. Empresa: DIGISEC - CERTIFICAÇÃO DIGITAL, CNPJ 18.799.897/0001-20. Objeto: Certificados digitais, tipo A3, e-CPF, acompanhados de Token USB. Qtd. 1. Valor: R\$ 23.778,00. Fundamento Legal: art. 15, II, da Lei 8.666/93, art. 22 do Decreto Federal 7.892/2013. Autorização: Despacho 2292/2019-GABDG, de 06/06/19, por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral. Processo SEI 0000406-95.2019.6.22.8000.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE COORDENADORIA DE MATERIAL DE PATRIMÔNIO SEÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2019 - UASG 70024

Nº Processo: 0001497-26.2019. Objeto: Aquisição de material permanente - televisor, suportes para TVs e separador de filas - nos termos e condições previstos no edital e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 3. Edital: 17/06/2019 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av Presidente Dutra, 1889, Baixa União, - Porto Velho/RO ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70024-5-00010-2019. Entrega das Propostas: a partir de 17/06/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 01/07/2019 às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br.

ANDERCLÉDSON REIS
Pregoeiro

(SIASGnet - 13/06/2019) 70024-00001-2019NE000057

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2019 - UASG 70024

Nº Processo: 0001010-56.2019. Objeto: Formação de registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de material permanente, nos termos e condições estabelecidos no edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 15. Edital: 17/06/2019 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av Presidente Dutra, 1889, Baixa União, - Porto Velho/RO ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70024-5-00011-2019. Entrega das Propostas: a partir de 17/06/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 02/07/2019 às 14h30 no site www.comprasnet.gov.br.

ANDERCLÉDSON REIS
Pregoeiro

(SIASGnet - 14/06/2019) 70024-00001-2019NE000057

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA DIRETORIA-GERAL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CARTA-CONTRATO

Carta-Contrato 35/2019. Procedimento 0001043-19.2019.6.23.8000. Contratada: Zenite Informação e Consultoria S/A. Objeto: Participação em seminário sobre formação de preços. Valor do Contrato: R\$ 4.140,00. Nota de Empenho: 2019NE000280. ED: 339039_48. Vigência: 31/12/2019. Data da Assinatura: 04/06/2019. Assina, pelo TRE/RR, Sr. Alex Caon Fin, DIRETOR-GERAL.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONVÊNIO

PAE n. 13.348/2019. Parte: Câmara Municipal de Caçador. CNPJ: 00.284.689/0001-23. Objeto: Cessão de uso de urnas eletrônicas, com suporte técnico, necessárias à realização de eleição informatizada para a escolha do "Prefeito Mirim" e dos "Vereadores Mirins" do município de Caçador. Fundamentação legal: Lei n. 8.666/1993 e Res. TSE n. 22.685/2007. Data da Assinatura: 04/06/2019. Convênio n. 019/2019.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2019 - UASG 70018

Nº Processo: 1449/2019. Objeto: Aquisição de cafeteria industrial. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 17/06/2019 das 08h00 às 17h00. Endereço: Rua Francisca Miquelina, 123, Bela Vista - São Paulo/SP ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70018-5-00069-2019. Entrega das Propostas: a partir de 17/06/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 01/07/2019 às 13h00 no site www.comprasnet.gov.br.

ALESSANDRO DINTOF
Secretário de Administração de Material

(SIASGnet - 13/06/2019) 70018-00001-2019NE000068

EXTRATO DE CONTRATO

Nº PROCESSO: PAD nº 2107/2017 - PROCEDIMENTO: DLF 69/2017 - Cartório da 371ª Zona Eleitoral - Grajaú - 2º Termo Aditivo - LOCADORES: Delominda Alpoim Xavier, C.P.F. Nº 157.144.008-95, Isabel Cristina Alpoim Xavier, C.P.F. Nº 170.957.478-06, e João Eduardo Alpoim Xavier, C.P.F. Nº 157.144.048-82 - OBJETO: formaliza a prorrogação contratual para o período de 16/07/2019 a 15/07/2021 - VALOR DO CONTRATO: R\$ 436.069,92 - VIGÊNCIA: de 16/07/2017 a 15/07/2021 - DATA DE ASSINATURA: 12/06/2019 - SIGNATÁRIOS: Desembargador Carlos Eduardo Cauduro Padin, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo; Delominda Alpoim Xavier, Isabel Cristina Alpoim Xavier e João Eduardo Alpoim Xavier, Locadores.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº PROCESSO: PAD nº 2.915/19 - PROCEDIMENTO: DLF 69/2019 - ZE: 327ª - LOCADOR: Geremias Di Benedetto - CPF: 043.959.208-96 e Anna Esperança Di Benedetto - CPF 011.595.338-81- OBJETO: Locação de imóvel situado na Avenida Paula Ferreira, 60, nesta Capital, para instalação da 327ª Zona Eleitoral - Nossa Senhora do Ó - FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nos termos do artigo 24, X, da Lei 8.666/93 - VALOR DO CONTRATO: R\$ 271.200,00 - VIGÊNCIA: de 19/07/2019 a 30/06/2021 - CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: Programa de Trabalho 02122057020GP0035 - "Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral", Elemento de Despesa 3390.36 - "Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física", conforme Nota de Empenho nº 1316 e 1317, de 11/06/2019 - DATA DE ASSINATURA: 12/06/2019 - SIGNATÁRIOS: Desembargador Carlos Eduardo Cauduro Padin, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, e os locadores acima mencionados.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

EXTRATO DE CONTRATO

SEI nº 0002937-19.2019.6.27.8000. Contrato nº 14/2019. Contratante: Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins. Contratada: ENSERCON LTDA-ME (CNPJ nº 01.547.144/0001-25). Objeto: Prestação de serviços de engenharia elétrica para elaboração de projeto de adequação da subestação à NDU002 da Energia e projeto de sistema de transferência em rampa do grupo gerador. Vigência: 6 (seis) meses, contados a partir da data da assinatura. Assinatura: 14/06/2019. Valor Total: R\$ 6.800,00. Fundamentação: Dispensa Licitatória, nos termos do artigo 24, Inciso I, da Lei 8.666/1993. Assinam, pelo Contratante: José Machado dos Santos, Diretor-Geral, Teodomiro Fernandes Amorim, Secretário de Administração e Orçamento, e pela Contratada: Ubirajara Bernardes Costa.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05302019061700107



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

SERVICO PUBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

NOTA DE EMPENHO

PAGINA : 1

EMISSAO : 11Jun19 NUMERO: 2019NE000342 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA
 EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
 CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
 ENDERECO : AV. PRES. DUTRA, 1.889 - AREAL
 MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 18799897/0001-20 - DIGISEC - CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI
ENDERECO : PIO XII 545 QUADRA97 VILA AURORA OESTE
MUNICIPIO : 9373 - GOIANIA UF: GO CEP: 74425-098
TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

MISSÃO DE NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM CERTIFICADOS DIGITAIS, CONFORME TERMO DE REF. 34 COMAP(0410684), PARECER DA AJDG(0416369), DESPACHOS NRS 2292 DG(0420061) E 2502 SAOFC(0423207) SEI N° 0000406-95.2019.6.22.8000

CLASS : 1 14122 02122057020GP0011 084771 0100000000 339040 000000 AOSI SERDAD
TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: PREGAO
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 00004069520196228000
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3
ORIGEM DO MATERIAL :
REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 23.778,00
VINTE E TRES MIL, SETECENTOS E SETENTA E OITO REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339040 SUBITEM: 23 -CERTIFICADOS DIGITASI			
SEQ.: 1	QUANTIDADE:	1	VALOR UNITARIO: 23.778,00
			VALOR DO SEQ. : 23.778,00

DESPESA COM SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE CERTIFICADOS DIGITAIS, TIPO A3, E-CPF, ACOMPANHADOS DE TOKEN USB, COM VALIDADE DE 03 (TRÊS) ANOS, ADESAO ARP N° 90/2018 -UFABC.

T O T A L : 23.778,00

LIA MARIA ARAUJO
LOPES:260468

Assinado de forma digital por LIA MARIA ARAUJO
LOPES:260468
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora da
Justiça - AC-JUS, ou=Cert-JUS Institucional - A3, ou=Tribunal
Regional Eleitoral do Rio de Janeiro - TRE-RJ, ou=Servidor, cn=LIA
MARIA ARAUJO LOPES:260468
Data: 2019.06.12 16:51:14 -04'00'

LIA MARIA ARAUJO LOPES
ORDENADOR

FRANCISCO PARENTES DA
COSTA FILHO:16251784253

Assinado de forma digital por FRANCISCO PARENTES DA COSTA.
 FULH01 Q15 74-252
 DUA CORA, 04/20/2011 08:41, ouvidor@tcepi.org.br da Receita Federal do Brasil - FRR
 ou@RRF - OFF A 3, ouvidor@BRANCO, ouvidor@TCE-PI.gov.br
 Cartão de Assinatura Digital, ou FRANCISCO PARENTES DA COSTA
 FULH01 Q15 74-252
 Data: 2011.06.12 16:06:01 -0400

FRANCISCO P. COSTA FILHO
GESTOR FINANCEIRO